

CONCEPÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DE RENATO JARDIM NA DÉCADA DE 1930¹

Marcus Vinicius da Cunha
Universidade de São Paulo

Tatiane da Silva
Universidade Estadual Paulista

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as concepções políticas e educacionais de Renato Jardim, intelectual que participou ativamente na cena educacional e política brasileira nas primeiras décadas do século XX, tendo sido responsável por iniciativas de reforma educacional e ativo participante nos mais importantes debates sobre a educação ocorridos na época. A metodologia empregada é a análise bibliográfica em moldes tradicionais, utilizando, além de literatura especializada no tema, a autobiografia do autor publicada em 1946 e quatro livros de sua autoria publicados entre 1932 e 1936. No campo político, são examinados os argumentos do autor relativos ao governo de Getúlio Vargas instituído em 1930 e ao movimento constitucionalista de 1932. No campo da educação, o trabalho analisa as ideias do autor a respeito da introdução da psicanálise nas práticas pedagógicas e as suas reflexões em busca de uma definição para o conceito de Escola Nova.

Palavras-Chave: Renato Jardim; Biografia; Educação Brasileira; Escola Nova; Psicanálise

RENATO JARDIM'S POLITICAL AND EDUCACIONAL IDEAS IN THE DECADE OF 1930.

ABSTRACT

This article aims to analyze the political and educational conceptions of Renato Jardim, intellectual who participated actively in Brazilian educational and political scenario in the early decades of XXth century. He was responsible for educational reform initiatives and had an active participation in major debates on education that occurred at that time. The methodology is the traditional analyses of bibliography. In addition to literature specialized in this theme, this work uses the author's autobiography published in 1946 and four books of his own published between 1932 and 1936. In political area, it examines his arguments concerning the government stated by Getúlio Vargas in 1930 and the constitutionalist movement of 1932. In educational area, the work analyses his ideas regarding the introduction of psychoanalysis in pedagogical practices and his thoughts in search of a definition for the concept of New School.

Keywords: Renato Jardim; Biography; Brazilian Education; New School; Psychoanalysis

Introdução

Este artigo visa contribuir com os estudos relativos à história da educação brasileira, tendo por objetivo analisar as principais concepções políticas e educacionais de Renato Jardim (1867-1951), intelectual que participou ativamente nos eventos que marcaram o cenário político e a vida das instituições de ensino no Brasil nas primeiras décadas do século XX, em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Jardim vivenciou os primeiros tempos da República e a cisão institucional ocasionada pela Revolução de 1930, denominação pela qual ficou conhecido o golpe de estado que depôs o presidente Washington Luís (1869-1957) e conduziu Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder, com apoio da Aliança Liberal, coligação articulada em oposição ao Partido Republicano Paulista, agremiação que detinha a hegemonia política na época. Jardim conheceu também o primeiro período do domínio varguista, que se estendeu até 1945 envolvido em episódios críticos, como a revolta paulista que em 1932 reivindicou uma nova Constituição para o país, sendo derrotada pelas forças governistas.

Renato Jardim pertenceu a uma geração de intelectuais que buscavam um sentido para o Brasil que fora inaugurado pelo movimento republicano e que viam a educação como fator decisivo no processo de conduzir o país no caminho do progresso. Qualificavam a escolarização como autêntico “motor da história”, único instrumento capaz de responder às profundas transformações sociais em andamento, cujos reflexos tornaram-se evidentes na década de 1920 em todos os setores da sociedade (NAGLE, 2001, p. 134).

O decênio de 1920 foi significativo por datar a introdução no país do ideário de renovação educacional que ficou conhecido como Escola Nova, representado, dentre outros eventos, por reformas dos sistemas de ensino em vários estados da federação e no Distrito Federal, e pela organização de instituições dedicadas a pensar os problemas da educação e propor soluções efetivas, como a Sociedade de Educação de São Paulo e a Associação Brasileira de Educação, fundadas em 1922 e 1924, respectivamente (NERY, 1999; NAGLE, 2001; SAVIANI, 2008).

Essas iniciativas deram projeção nacional a intelectuais como Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), cuja influência teve continuidade nas décadas seguintes. Resultante da absorção de ideias filosóficas, políticas e educacionais oriundas da Europa e dos Estados Unidos, o escolanovismo assumiu diversas configurações, congregando teorias advindas da biologia, da sociologia e da psicologia. No Brasil penetraram concepções tão díspares quanto a psicologia mensuracionista, com ênfase no uso de testes psicológicos e pedagógicos e a teoria psicanalítica criada por Sigmund Freud (1856-1939) (LOURENÇO FILHO, 1974; SIRCILLI, 2008).

Apesar da diversidade de correntes teóricas, ao que se somava igual diversidade de orientações políticas e filosóficas, em 1932 veio a público um documento que se tornou representativo do escolanovismo brasileiro, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros vinte e cinco intelectuais, o Manifesto exprimia as ideias de um dos grupos componentes da Associação Brasileira de Educação, formado por intelectuais denominados “liberais”, cujo contraponto, no âmbito da mesma associação, era constituído por “católicos” (CUNHA, 1995; MATE, 2002; CUNHA, 2008).

Devido à sua intensa atividade na área educacional, Renato Jardim é citado em vários trabalhos acadêmicos que examinam a história da educação no período aqui mencionado. Em estudo sobre o Ginásio do Estado de Ribeirão Preto, terceira escola pública de ensino secundário do estado de São Paulo, Jardim aparece como integrante do primeiro grupo de professores nomeados em 1907 e também como diretor da instituição a partir de 1917 (CUNHA, 2001). Em análises relativas ao ensino no Distrito Federal, Jardim é lembrado como diretor da Instrução Pública em 1926, cargo em que foi sucedido por Fernando de Azevedo, de quem se tornou colaborador (PILETTI, 1982). Na história da Sociedade de Educação de São Paulo, Jardim destaca-se como vice-presidente na primeira gestão, posto que conciliou com a direção da Escola Normal da Praça da República (NERY, 1999).

Esses estudos exemplificam a relevante presença de Renato Jardim na história da educação brasileira, ao mesmo tempo em que ilustram a ausência de pesquisas destinadas a examinar especificamente as suas atuações nessa área, bem como a sua produção intelectual. Embora mencionem aspectos da vida e da obra do educador, os trabalhos até então existentes não oferecem uma visão do conjunto de suas ideias e realizações, seja na esfera política, seja no âmbito da educação escolar.

No intuito de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, o presente artigo encontra-se organizado em quatro seções, focalizando na primeira as áreas que Jardim privilegiou em suas reflexões, a política e a educação; juntamente com outras fontes, serão utilizados os registros autobiográficos feitos pelo autor em seu livro *Reminiscências* (JARDIM, 1946). A segunda seção versará sobre as suas discussões concernentes ao momento político que compreende os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, incluindo o movimento paulista pela Constituição; serão examinados dois livros de sua autoria, *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo* (JARDIM, 1933a) e *Um libelo a sustentar* (JARDIM, 1933b). A terceira e a quarta seções focalizarão os debates desenvolvidos por Jardim acerca de temáticas educacionais, envolvendo primeiramente a sua crítica à presença da psicanálise na educação e, por fim, a sua tentativa de definir o escolanovismo, assuntos por ele tratados nos livros *Psicanálise e educação* (JARDIM, 1932) e *Escola nova, coletivismo e individualismo* (JARDIM, 1936).

Este artigo constituiu a primeira iniciativa de trazer a público, de forma sistematizada, a produção intelectual de Renato Jardim expressa em seus quatro livros publicados na década de 1930. Além disso, traz, também pela primeira vez, o levantamento de praticamente toda a sua atuação como educador, envolvendo dados biográficos antes dispersos em vários trabalhos, agora reunidos e articulados com as reflexões memorialísticas do próprio autor. Por esses motivos, e considerando os limites físicos estabelecidos para textos dessa categoria, o presente escrito possui um caráter introdutório ao tema abordado, sendo por isso finalizado com a exposição de sugestões para novas pesquisas.

Educação e política

Renato Maurity Jardim nasceu no dia 9 de novembro de 1867 em Resende, Rio de Janeiro, e faleceu em 24 de março de 1951 na cidade de São Paulo. Cresceu em uma grande chácara, no interior de um sistema familiar rígido, sob a égide do modelo escravocrata. Quando pequeno, estudou na escola do professor Campos, docente público que lecionava em Resende. Após um ano e alguns meses, ingressou no Colégio Galvão, e aos nove anos de idade foi matriculado no Colégio São Carlos (JARDIM, 1946).

Cortada pelo Rio Paraíba, no início dos anos de 1880 sua cidade natal era representativa da “cristalização dos velhos costumes, um pacífico burgo, de rígida disciplina social” (JARDIM, 1946, p. 53). A quebra do conservadorismo manifestava-se na existência do Sobradinho, uma “república” onde eram promovidos animados saraus que faziam daquele espaço um “símbolo daquela juventude um tanto política, um tanto ingênua” (idem, p. 19).

Em 1889, Jardim mudou-se para São Simão, nas cercanias de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, onde seu pai havia adquirido terras. No início do século XX, em Batatais, na mesma região, ele ocupou o cargo de intendente municipal – correspondente ao de prefeito – atuando na ala dissidente do Partido Republicano Paulista, PRP. Com o intuito de contribuir para a “organização racional do trabalho agrícola”,

Jardim empenhou-se na instalação da Escola Agrícola de Batatais, mais tarde acusada de “disseminar o ateísmo” (CUNHA, 2001, p. 62).

Naquela época, ele mantinha um jornal, no qual escrevia artigos sobre a política local e dedicava apoio ao intendente Washington Luís. Em 1905, Jardim foi residir em Ribeirão Preto, onde permaneceu por dezessete anos, atuando na política local e nacional e desenvolvendo as suas concepções educacionais (CUNHA, 2001).

A carreira política de Renato Jardim em Ribeirão Preto foi marcada, inicialmente, por seu vínculo com o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1867-1932), principal comandante da localidade. Jardim rompeu essa aliança no ano de 1908, renunciando ao cargo de vereador por motivos não explicitados. Em 1910, ele voltou ao cargo, ao lado dos oponentes do coronel Junqueira. Na mesma época, participou da Liga Nacionalista fundada pelo poeta Olavo Bilac (1865-1918), defendendo perante a Câmara de Ribeirão Preto a implantação da Linha de Tiro n. 80; mais tarde, aliou-se ao Partido Democrático, ferrenho opositor do PRP (CUNHA, 2001).

Jardim foi um dos primeiros professores – lentes, como eram chamados – do Ginásio do Estado de Ribeirão Preto, inaugurado em 1907 e posteriormente denominado Otoniel Mota, a terceira instituição pública de ensino secundário do estado de São Paulo, precedida somente pelas escolas de São Paulo e de Campinas. Ao lado de Jardim, que ministrava Geografia, figuravam os professores Fábio de Sá Barreto (1876-1948), Otoniel dos Santos Mota (1878-1951), Joaquim Macedo Bittencourt (1862-1927) e João Pedro da Veiga Miranda (1881-1936), que respondiam, respectivamente, por Aritmética e Álgebra, Português, Francês e Italiano (CUNHA, 2001).

Em sua autobiografia, Jardim relata que, devido à liberalidade da legislação federal, era permitido que os ginásios promovessem reformas em sua estrutura de ensino, com a devida aprovação dos governos estaduais. Em 1912, Jardim e outros dois professores compuseram em 1912 uma comissão para elaborar um projeto pedagógico para o Ginásio de Ribeirão Preto. Diante das divergências, foram apresentados três pareceres, sendo o de Jardim publicado na imprensa local, apesar de rejeitado pela Congregação da escola (CUNHA, 2001).

O parecer de Jardim denunciava a extensão e a complexidade do curso secundário, que não cumpria o objetivo de preparar o homem para a vida. Propunha, então, um plano para tornar o ensino mais acessível e diminuir a taxa de evasão, então muito elevada, o que seria feito por meio da divisão do ginásio em dois ciclos: visando atender a ideais democráticos, o primeiro, denominado fundamental, seria frequentado por todos, independentemente do interesse em dar continuidade aos estudos; havendo esse interesse, o aluno cursaria o segundo ciclo, denominado complementar, no qual iria preparar-se para os cursos superiores (CUNHA, 2001).

A discussão levantada por Jardim pode ser considerada avançada para a época em que foi proposta, uma vez que o tema da popularização do ensino secundário só viria à tona décadas mais tarde. A rejeição dos planos de Jardim pela Congregação do Ginásio pode ser explicada pelo traço elitista da política de então. Os ideais expressos em seu parecer, apesar de coincidirem, de maneira geral, com as iniciativas internacionais de renovação educacional, representavam uma voz discordante das elites, que viam o ensino secundário como privilégio das classes economicamente privilegiadas (CUNHA, 2001).

Em 1917, Jardim assumiu o cargo de diretor do Ginásio do Estado de Ribeirão Preto (CUNHA, 2001). Em 1922, foi eleito vice-presidente da recém-formada Sociedade de Educação de São Paulo, ocasião em que também ficou à frente da direção da Escola Normal da Praça da República (NERY, 1999).

Uma das características dos pronunciamentos de Jardim era o tom provocativo, razão pela qual seu nome foi envolvido em episódios polêmicos, juntamente com outros membros da Sociedade de Educação. Exemplo disso foi uma palestra apresentada por ele no início de 1924, tratando do método analítico para o ensino da leitura, a qual causou grande comoção, motivando diversas reuniões da Sociedade sobre o tema (NERY, 1999).

Em maio daquele ano, Jardim deixou a função de diretor da Escola Normal da Praça, desempenhada por três anos, para assumir um cargo na Secretaria do Tribunal de Contas do estado, mudança que foi usada por seus adversários para acusá-lo de envolvimento excessivo em controvérsias. Jardim não foi um renovador, mas um moderado, uma vez que, mesmo defendendo melhorias no ensino, mostrava-se cauteloso quanto à importação de ideias estrangeiras (NERY, 1999).

Quando tomou posse na presidência da República em 1926, Washington Luís escolheu dois paulistas para cargos de destaque no governo. Para prefeito do Distrito Federal, nomeou Antônio Prado Junior (1880-1955), e para Diretor da Instrução Pública, seu amigo Renato Jardim. Ao assumir o posto, Jardim dedicou-se a analisar a situação do ensino carioca, do que resultou um relatório que indicava uma série de problemas, despertando assim a hostilidade dos ocupantes dos mais altos cargos (LEMME, 1988).

Jardim renunciou em janeiro de 1927, sendo substituído por Fernando de Azevedo, que naquele mesmo ano deu início a uma ampla reforma do ensino no Distrito Federal, contando com a participação de seu antecessor. Em seu discurso de posse no cargo, Azevedo considerou que a substituição era apenas uma troca de pessoas, não implicando qualquer alteração nos encaminhamentos técnicos e administrativos daquele órgão público (AZEVEDO, 1929, p. 11). Os delineamentos da reforma foram, de fato, uma consequência do relatório elaborado por Jardim, que teve o mérito de trazer à tona as deficiências do ensino carioca (MATE, 2002).

Em seguida, Jardim tornou-se diretor da Casa de Estabilização, entidade responsável pela ordenação da circulação monetária. Voltando a São Paulo, dedicou-se especialmente ao ensino de Geografia, tendo publicado uma coleção de livros para o ensino dessa matéria nos níveis primário e secundário (LEMME, 1988). Jardim havia se manifestado favoravelmente à reforma do ensino instituída por Sampaio Dória (1883-1964) no estado de São Paulo em 1920, por considerá-la necessária para amenizar os altos índices de analfabetismo, mas apresentou divergências com as medidas tomadas pelos reformistas paulistas em 1925 e 1927 (NERY, 1999).

Em 1928, Renato Jardim foi eleito presidente da Sociedade de Educação, tendo como vice Lourenço Filho. Em seu mandato, a Sociedade filiou-se à Associação Brasileira de Educação, ABE, mas logo começaram os conflitos entre as duas entidades, o que atingiu pessoalmente Jardim, que passou a sofrer diversas agressões (NERY, 1999). Ele era visto como “desqualificado para liderar assuntos de ordem educacional”, por ter ocupado cargo no Tribunal de Contas, função obviamente alheia ao magistério (JARDIM, 1933a, p. 194). Os desentendimentos ocasionaram a demissão coletiva dos diretores da Sociedade, constituindo-se comissões encarregadas de gerir os vários setores da entidade; Jardim integrou a comissão de ensino primário (NERY, 1999).

Em 1929, Renato Jardim e Sud Mennucci envolveram-se em uma acalorada polêmica sobre métodos de alfabetização, a qual foi veiculada pela imprensa. Mennucci publicou um artigo no jornal *O Estado de São Paulo* em defesa do ensino vigente no estado, onde, segundo afirmava, a escola era de tipo misto, a meio caminho entre as metodologias ativas e a tradicional. Jardim levou o artigo de Mennucci para ser discutido na Sociedade de Educação e escreveu dois extensos textos com as conclusões dos debates e uma série de questionamentos (NERY, 1999).

Considerando Jardim “desqualificado para escrever comentários de tal ordem”, Sud Mennucci escreveu novos artigos (NERY, 1999, p. 185). Seus argumentos confrontavam diretamente todos os renovadores, provocando seu rompimento com Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Jardim revidou, expondo as obras de Mennucci ao ridículo e afirmando que o método analítico defendido por seu opositor produzia baixo nível de alfabetização; tratava-se de uma metodologia inadequada para a língua portuguesa, devendo ser devolvido a seu país de origem, os Estados Unidos. Jardim disse ainda que o ensino paulista não conseguia atingir os objetivos da escola tradicional – ensinar a ler e a escrever – nem os da Escola Nova, que consistiam em formar o indivíduo integralmente (NERY, 1999).

A tréplica de Sud Mennucci veio em duas novas matérias, nas quais considerou duvidosa a orientação pedagógica de Renato Jardim, colocando em dúvida seus qualificativos para debater sobre a nova pedagogia. A polêmica terminou em meados de dezembro, tendo por consequência o estado de depressão de Renato Jardim (NERY, 1999).

Pode-se dizer que o acirrado debate travado entre os dois educadores foi além da polêmica sobre métodos de ensino, abrangendo os posicionamentos políticos de ambas as partes. Quanto a Sud Mennucci, acredita-se que almejava o cargo de Diretor de Ensino, contrapondo-se às teses escolanovistas defendidas por Fernando de Azevedo no Distrito Federal, as quais encontravam em Jardim um ardente defensor (NERY, 1999).

O momento político

No começo da década de 1930, já inteiramente envolvido com as questões educacionais do país, Renato Jardim posicionou-se fervorosamente contra o governo de Getúlio Vargas, o qual representava, segundo ele, um “atentado à moral e inominável crime” contra a nação, com consequências políticas e sociais imprevisíveis (JARDIM, 1933a, p. 13). Jardim não admitia dar o nome de “revolução” ao movimento golpista de Vargas, por considerá-lo um ataque à União e aos estados. Encontrar as causas da insurreição não é tarefa fácil, diz ele, mas quem se aventurar nessa tarefa terá que considerar a formação étnica de nosso povo e acompanhar a vida econômica e política do país.

Para Jardim (1933a), o movimento de 1930 era um verdadeiro assalto ao poder praticado por Vargas e seus pares, os quais se distribuía em três categorias: a dos políticos, que foram os principais responsáveis pela desordem em que o país foi mergulhado; a dos militares, em que admite haver pessoas respeitáveis; e a categoria composta por jovens, que aderiram ao movimento motivados pela busca de algo novo.

Com ironia, o autor afirma que o traço mais importantes do programa supostamente regenerador do movimento varguista foi o combate ao nepotismo: poucos meses após o evento de 1930, já não era mais possível colocar parentes no governo, uma vez que todos os cargos públicos já estavam ocupados... A destituição de funcionários públicos em massa e a sua substituição por parentes e amigos constituíram a fase mais importante daquele processo, ocasionando a “gauchização” de São Paulo (JARDIM, 1933a, p. 113).

A chamada Revolução de 1930 foi um caos para vida nacional, pois o movimento que se intitulou regenerador foi, na verdade, uma crise que encontrou meio propício na população “inculta” em que “apenas se esboçam condições e características de verdadeira nação” (JARDIM, 1933a, p. 199). O que se vê é um “espetáculo de desorganização e de imoralidade públicas”, um autêntico crime praticado por homens que se ocultam sob o manto das boas intenções (JARDIM, 1933b, p. 8-9). Jardim clama pela ética, denunciando que as relações morais inauguradas pelo novo regime significam somente a negação da

moral. Ele espera que a situação vigente não contamine as novas gerações e que o despudor não se firme como regra de conduta na vida pública.

O autor faz fervorosa defesa do presidente deposto Washington Luís, cuja administração, embora tenha respeitado a lei, sendo guiada por uma conduta honesta, foi criticada por muitos. O ex-presidente havia tentado trazer de volta a moralidade na administração do país, pensando em instituir medidas que protegessem o processo eleitoral e atuassem como fatores de educação política. Vargas, por sua vez, era um homem vulgar, e a sua ascensão ao poder só podia ser explicada pela decadência da nação; decadência tão grande que permitia a alguém como ele chegar à chefia do governo (JARDIM, 1933a).

A maioria dos que procuram retratar Vargas insiste em elevá-lo acima da moral comum, quase o caracterizando como o super-homem de Nietzsche, ironiza o autor. Mas Vargas tem comportamento dissimulado, pérfido, desrespeita a palavra e as opiniões alheias; ele parece exibir o traço de personalidade que, na psicologia desenvolvida por Adler, denomina-se complexo de inferioridade, anomalia psicológica resultante do conflito inconsciente entre o instinto de dominação e a realidade (JARDIM, 1933a).

A revolta paulista contra o regime de Vargas, em prol de uma nova Constituição para o país, recebeu de Jardim o nome de “invasão de São Paulo”. O autor considera que um dos principais colaboradores nesse triste episódio foi o Partido Democrático Paulista, agremiação que ofereceu como dote sua fidelidade ao avanço da Aliança Liberal e aceitou receber “dinheiro subtraído aos cofres públicos de Minas”, colocando-se, por “ambição de mando ou de conquistas aos cargos públicos”, a serviço das “manobras dos mais antidemocráticos desfrutadores da dominação política nos estados”. Os membros do referido partido político abraçaram a candidatura de Vargas, surgida da mais “desmoralizadora perfídia”, e venderam São Paulo “a preço vil, preço que afinal nem pago foi!” (JARDIM, 1933a, p. 137).

Diferentemente agiu o PRP, representando as classes conservadoras de São Paulo, que são a própria população, diz Jardim, pois em São Paulo tais classes identificam-se com a totalidade do povo. Segundo o autor, o PRP não é constituído por uma oligarquia, uma vez que tem sua existência fundida à dos homens comuns, sendo “genuína expressão de uma etapa de evolução social”, um “instrumento de ação coletiva que, com todas as suas imperfeições, se ajusta à cultura média da população de São Paulo” (JARDIM, 1933a, p. 284).

A psicanálise na educação

O primeiro livro de Renato Jardim sobre temáticas educacionais, publicado em 1932, versou sobre a teoria de Sigmund Freud, mais precisamente sobre a inserção da psicanálise na educação. A tese nele defendida consiste em afirmar que as ideias psicanalíticas não podem ser aplicadas na escola, primeiramente porque a psicanálise não constitui um sistema, mas somente um conjunto de ideias carente de um princípio geral que as coordene. A psicanálise não passa de um “aglomerado de teorias justapostas”, “meras hipóteses” que se apoiam mutuamente com base na aceitação provisória de cada uma delas (JARDIM, 1932, p. 7).

Segundo Jardim, Freud e seus seguidores não se ocuparam com a exposição sistemática da psicanálise, razão pela qual essa doutrina ainda existe em estado nebuloso, permitindo a coexistência de grande multiplicidade de orientações; existe a psicanálise de Freud, como também a de Jung, a de Franco da Rocha, a de Maeder, a de Adler, a de River, a de Baudouin, a de Pfister etc., situação que inviabiliza qualquer iniciativa de

aplicação prática em consonância com princípios supostamente psicanalíticos (JARDIM, 1932).

Jardim destaca que, apesar de todos esses problemas, há psicanalistas que incitam os pais e os educadores a seguirem a trilha aberta pelas teorizações de Freud. E os educadores, desavisados e modestos, ficam perplexos diante do tom profético que emana das referências psicanalíticas a coisas como a Esfinge, o Recalcamento, a Fixação, a Regressão, os Complexos etc. A perplexidade dos educadores pode ser explicada pelo silêncio que a pedagogia insiste em manter perante esses temas, enquanto a psicanálise continua obtendo sucesso, com o apoio das ciências médicas (JARDIM, 1932).

Os problemas centrais da educação, que concernem aos meios e aos fins da ação educativa, não recebem nenhum tratamento da psicanálise, que não os assume como objeto de estudo. E a culpa não é de Freud, que, segundo Jardim, reconheceu que, fora do domínio das neuroses e psicoses, suas teorizações não apresentam senão esboços. Jones, um dos mais importantes psicanalistas, tem opinião semelhante, afirma ainda Jardim, pois admite haver ainda muito trabalho a ser feito pelos analistas na compreensão das questões educacionais (JARDIM, 1932).

A principal oposição de Jardim à doutrina psicanalítica diz respeito à definição de educação, atividade que, para ele, é uma obra “*eminente social*”, realizada “*pela e para a coletividade*” (JARDIM, 1932, p. 173). Como expoentes dessa concepção, cita o filósofo e educador americano John Dewey (1859-1952) e o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), que conceituam a educação como processo que visa à conservação e à perpetuação da sociedade; e o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), para quem o fim da educação consiste em preparar as crianças para o mundo, tal como ele realmente é. Jardim entende que toda doutrina científica da educação necessita de uma filosofia social, uma teoria sobre o que são a sociedade e as instituições. E o que se nota na psicanálise é a ausência de uma reflexão acerca de tais assuntos; os psicanalistas não se pronunciam sobre a ordem social dominante, nem sobre as mudanças que a humanidade poderá sofrer no futuro.

Segundo Jardim, é possível encontrar em esporádicas exposições de alguns psicanalistas uma crítica à ordem moral vigente na sociedade, a qual seria responsável por preconceitos errôneos, particularmente no campo da sexualidade. Em alguns casos, pode-se identificar alguma condenação à moralidade reinante, mas isto em nada satisfaz às necessidades da educação, uma vez que não fornece um novo modo de entender e praticar a moral; sem uma conceituação sobre o que é o bem, não se pode sustentar nenhuma doutrina educacional (JARDIM, 1932).

O mesmo se aplica às considerações de Freud sobre a família, instituição que, segundo o criador da psicanálise, responde pela formação da personalidade das crianças, muitas vezes ocasionando sérios desvios. Jardim observa que também nesse terreno a psicanálise deixa a desejar, no que tange à educação, pois as suas formulações são ambíguas, não respondendo se a família deve ser condenada quanto à sua organização e qual seria a solução para conciliar as exigências da libido com as exigências decorrentes da vida social. A teorização psicanalítica oferece apenas “*reticências*”, mas sem um “*ideal de vida coletiva*” não é possível elaborar as “*bases de um sistema de educar*”; em suma, “*a moral psicanalista... é por enquanto uma esfinge*” (JARDIM, 1932, p. 175).

Jardim avalia o livro do psicanalista suíço Oscar Pfister (1873-1956) dedicado aos educadores, considerando que seus conselhos nada acrescentam ao que já se pratica nas escolas. O conceito de recalcamento, por exemplo, é assunto antigo, recebendo de Pfister um tratamento que o aproxima do campo religioso. É com argumentos assim obscuros que os discípulos de Freud condenam práticas corriqueiras, como o uso de chupetas pelas

crianças, sugerindo que determinados hábitos, por satisfazerem inadequadamente a libido, provocam o surgimento de vícios no futuro – cigarro, álcool, cocaína etc. Os psicanalistas condenam também os contos de fadas, pretendendo afastar o misticismo da mente das crianças, mas o que se revela nessa atitude é que os próprios analistas possuem uma mentalidade mística – trata-se de um misticismo combatendo outro (JARDIM, 1932).

O conceito de sublimação, pertencente ao vocabulário dos psicanalistas, também não é novidade. Todos sabem que, na natureza, uma fonte de energia pode ser utilizada de diferentes maneiras; um curso d'água, por exemplo, pode produzir inundações e danos, mas também pode ser aproveitado como força motora de uma máquina agrícola, ou transformado em luz e calor. Não há nenhuma inovação em conceituar que a força instintiva, quando devidamente canalizada, pode ser posta a serviço de uma tendência, contrariamente a outra (JARDIM, 1932).

Todos os educadores sabem que se pode tirar partido de atividades esportivas para desviar as energias que poderiam fomentar atitudes indesejáveis, se não fossem bem devidamente utilizadas. A significação psicológica dos brinquedos é outro exemplo de que a psicanálise não traz teorias novas para o campo da pedagogia, pois o uso de práticas lúdicas na educação é uma tese exposta há muito tempo por diversos autores. Embora a pedagogia seja totalmente estranha à psicanálise, o que os seus adeptos dizem sobre o bom uso das atividades espontâneas da criança coincide com o que dizem todos os proponentes da escola ativa (JARDIM, 1932).

Jardim comenta que os seguidores das teorizações freudianas são obcecados por entidades misteriosas, tendendo a explicações mágicas e associações psíquicas altamente complexas que não passam de elaborações fantasiosas. Os psicanalistas tentam explicar a relação de dependência da criança com a mãe por meio de necessidades inconscientes, sendo que, para compreender esse fenômeno, basta recorrer a teorias científicas já bastante consagradas, como as que se referem aos mecanismos de condicionamento do sistema nervoso (JARDIM, 1932).

Os psicanalistas veem os complexos como derivados exclusivamente do elemento sexual, algo que a ser extirpado, como em um procedimento cirúrgico. Se as suas concepções fossem aceitas na educação, os professores teriam que “descer aos trevosos escaninhos da alma do educando” para desalojar dali males psíquicos invisíveis e, em seguida, apresentá-los à consciência (JARDIM, 1932, p. 182). Segundo Jardim, esse “processo de exorcismo” só traria danos à pedagogia; se a psicanálise fosse aplicada nas escolas, os educadores teriam que transformar a prática pedagógica em uma caça aos complexos infantis.

Jardim argumenta que, no campo da moral, a doutrina psicanalítica é absolutamente pessimista, e o pessimismo não é capaz de formar o educador. Para a consecução das metas educacionais, o professor precisa acreditar na “perfectibilidade humana”, não devendo conceber a humanidade como “infecto lodo”; o educador deve almejar um mundo melhor, sem deixar que seu pensamento se perca em “sombrias cavernas” e no “espírito das trevas”. A educação requer um “idealismo sonhador”, e, portanto, todos os que nela se envolvem precisam ter a coragem de proclamar que a psicanálise não tem nada a oferecer à pedagogia (JARDIM, 1932, p. 185).

Uma definição de Escola Nova

Alguns anos depois de publicar suas reflexões sobre a psicanálise na educação, Renato Jardim dedicou-se a conceituar o escolanovismo, assunto que vinha ganhando destaque no país nos anos de 1920, quando foram feitas as reformas do ensino nos estados

e no Distrito Federal, e que se acentuou em relevância com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Em seu livro de 1936, Jardim afirma que há dois componentes centrais na educação, os meios e os fins, sendo que o que mais empolga os oradores nas conferências da Sociedade de Educação em São Paulo é o que diz respeito às finalidades educativas. É como se uma nova concepção de vida social estivesse sendo desvendada; os educadores sentem-se responsáveis por preparar os jovens para o mundo que nasce, devendo interagir com o ideário da Escola Nova, que assume agora novas dimensões (JARDIM, 1936).

Para definir a expressão *Escola Nova*, Jardim recorre a autores que veiculam a tese de que a educação deve ser feita “pela sociedade e para a sociedade”, por meio de uma “escola socializada”, uma “sociedade em miniatura”, em que os educandos participam da vida social, trabalhando e brincando em atitude de cooperação mútua e buscando solucionar problemas (JARDIM, 1936, p. 26). Trata-se de uma escola em que os educandos aprendem pela via da experiência, imergindo no significado da vida em comunidade.

Jardim explica que os Estados Unidos são o centro da nova pedagogia, sendo Dewey o principal representante das tendências educacionais inovadoras. Dewey vê a educação como operada pelo ambiente, voltada para o desenvolvimento das disposições requeridas pela vida social, o que não se realiza pela “transmissão direta de crenças, emoções e conhecimentos”, mas por meio de atividades realizadas por todos os educandos. Segundo Jardim, Dewey não defende que a escola seja mantida por um “socialismo de Estado”; sua filosofia educacional prega a existência de uma instituição de ensino que seja, ela mesma, o embrião de uma nova forma de sociedade (JARDIM, 1936, p. 53).

Outro líder do movimento escolanovista comentado por Jardim é o pedagogo suíço Adolphe Ferrière (1879-1960), um dos fundadores da Liga Internacional de Educação Nova, órgão que adere à tese de que o indivíduo não é simples abstração. Por isso, para que se possa respeitar a vida natural das crianças, faz-se necessário prepará-las para uma vida de responsabilidades, incentivando práticas de *self-government* dentro de um regime de disciplina escolar que favoreça a sociabilidade (JARDIM, 1936).

O suíço Édouard Claparède (1873-1940) e o belga Jean-Ovide Decroly (1871-1932) também são incluídos por Jardim no rol de líderes do escolanovismo. O primeiro oferece sua contribuição ao destacar a extensa variedade dos tipos de educandos, de modo a não reduzir os aprendizes a um único padrão e a cultivar as aptidões próprias de cada um. O segundo, que como Ferrière também participou na criação da Liga Internacional de Educação Nova, é responsável pela forma mais difundida de escolanovismo e pela projeção de métodos educacionais altamente inovadores (JARDIM, 1936).

Jardim menciona também o alemão Georg Michael Kerschensteiner (1854-1932), cuja doutrina tornou-se conhecida pela concepção de “escola trabalho”. Seus posicionamentos são contrários à instauração do estado como entidade que submete a vida individual por meio da regulação de todos os aspectos da vida individual. Kerschensteiner defende uma escola que conduza à anarquia, no “bom sentido da expressão”, diz Jardim; ou seja, a um regime em que a elevação moral e o completo conhecimento tornariam desnecessários o estado e suas instituições (JARDIM, 1936, p. 56).

Como se pode concluir dessas considerações, o autor considera que a meta da renovação educacional é desenvolver o indivíduo, respeitando suas aptidões e necessidades, mas sempre com o intuito de propiciar a sua integração à vida social. É preciso distinguir essa definição de Escola Nova de outras concepções pedagógicas, a começar pelas teorizações de Durkheim, autor que, segundo Jardim, não teria nenhuma participação no movimento que originou o escolanovismo, uma vez que privilegia as

exigências da sociedade sem levar em conta os aspectos biológicos inerentes ao processo educativo (JARDIM, 1936).

Além de absolutamente distanciada das práticas da escola tradicional, caracterizadas como artificiais, a Escola Nova conceituada por Jardim distingue-se também das pedagogias socialistas ou coletivistas, que excluem a iniciativa individual e a independência do pensamento, pois o que se espera da renovação educacional é a formação de um indivíduo realizador e livre. Quando se diz que a reforma do ensino do Distrito Federal conduzida por Fernando de Azevedo foi revolucionária, a expressão empregada diz respeito ao “revolvimento de ideias” proporcionado pela introdução de novos métodos de ensino, por analogia com o que se diz das descobertas de Pasteur e da introdução das máquinas na produção de bens materiais (JARDIM, 1936, p. 21).

Jardim também distingue o escolanovismo, tal qual definido por ele, da Escola Bedales, fundada na Inglaterra em fins do século XIX. Aquela instituição de ensino tinha por meta promover a adaptação social dos alunos, ao passo que a Escola Nova mantém relação muito mais próxima com as ideias do pedagogo alemão F. W. A. Fröebel (1782-1852), para quem a escola deve ser, ela mesma, um meio social. Jardim define o movimento de renovação educacional em consonância com o ideal de liberdade da criança, o qual se efetiva por meio da atividade própria do organismo, não como operação executada de fora para dentro por intermédio de forças alheias ao educando (JARDIM, 1936).

Embora defenda uma educação voltada para a formação integral da personalidade, Jardim enfatiza que é preciso reconhecer que o destino do indivíduo é viver em sociedade, e que não há incompatibilidade entre formar o indivíduo e atender às exigências da vida social, uma vez que a individualidade é algo que só se constitui no seio da coletividade. Seria um equívoco, portanto, supor que “individualismo” e “solidariedade social” sejam termos opostos (JARDIM, 1936, p. 32). Sendo assim, não é correto afirmar que a Escola Nova tenha se originado em “elucubrações sociológicas”; sua gênese encontra-se nos avanços da psicologia, ciência que responde pela busca de novos meios para o ensino (idem, p. 73). O que caracteriza o escolanovismo não é a reflexão sobre as finalidades sociais da educação, mas a renovação dos métodos pedagógicos.

Jardim não nega a relevância dos estudos sociológicos para a educação, pois eles contribuem para elucidar o significado e o valor social dos sistemas pedagógicos, quando estes ampliam as funções da escola. Mas afirma que a definição de Escola Nova deve ser buscada na introdução de novos meios para promover a referida ampliação, tendo em vista finalidades que estão há muito tempo estabelecidas. Segundo o autor, portanto, a novidade trazida pelo escolanovismo encontra-se na metodologia proposta por Dewey, e não nas concepções filosóficas deweyanas; a essência da Escola Nova situa-se em pedagogos como Decroly, Claparède e outros, não em sociólogos como Durkheim (JARDIM, 1936).

Considerações Finais

As análises desenvolvidas neste trabalho permitem algumas conclusões acerca da atuação e das ideias políticas e educacionais de Renato Jardim, levando em consideração o contexto das primeiras décadas do século XX, em conformidade com os dados sumariados na seção introdutória deste texto. Tais análises permitem também a apresentação de sugestões para a projeção de novas pesquisas sobre o tema.

A título de conclusão, pode-se afirmar que Jardim integrava o rol de intelectuais que discutiam o campo educacional em conexão com as problemáticas da vida social de seu tempo. Como outros pensadores igualmente influentes, Jardim não restringia suas reflexões ao terreno escolar, mas buscava abranger o contexto mais amplo em que a educação encontrava-se inserida e do qual inegavelmente dependia.

Na esfera dos acontecimentos políticos de sua época, Jardim posicionou-se contrariamente ao regime instituído em 1930, mostrando-se francamente favorável ao governo então destituído. Os motivos alegados em defesa desse posicionamento situavam-se basicamente ao setor da moralidade pública, a qual, segundo ele, havia sido transgredida pelo golpe de estado de Getúlio Vargas e, posteriormente, pelo combate das forças governistas contra o movimento constitucionalista de 1932.

As informações concernentes à biografia de Jardim, oferecidas por ele mesmo em suas memórias, bem como as oriundas de fontes secundárias, mostram que o autor envolveu-se com a política e a educação desde o começo de sua vida profissional no interior paulista, mas não há registro de suas atividades após o evento de 1930. Trata-se evidentemente de assunto a ser investigado, e uma hipótese plausível é que Jardim tenha se afastado da vida pública, enquanto outros participantes do movimento educacional renovador dos anos de 1920 continuaram na ativa – nem todos por apoiarem irrestritamente o regime de Vargas.

Dentre os intelectuais de maior destaque naquele momento, Fernando de Azevedo notabilizou-se, por exemplo, ao redigir o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e ao participar da fundação da Universidade de São Paulo; Lourenço Filho tornou-se em 1938 o primeiro diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, órgão criado pelo governo federal; Anísio Teixeira, por sua vez, dirigiu a instrução pública do Distrito Federal, renunciando ao cargo em 1935 devido a pressões políticas.

No terreno das ideias educacionais, Jardim adotava uma concepção bastante peculiar sobre a Escola Nova, defendendo que o núcleo da renovação educacional encontrava-se não nas metas sociais almejadas, mas nos procedimentos pedagógicos criados e introduzidos nas escolas por diversos pensadores. Para ele, embora a nova pedagogia devesse responder às exigências determinadas pela sociedade moderna que emergia, a essência do escolanovismo residia nos métodos inovadores que visavam favorecer a plena realização das potencialidades dos educandos.

A peculiaridade dessa concepção está em não confirmar a dicotomia, tão comum quando se busca uma definição de Escola Nova, entre fatores relativos à sociedade e fatores concernentes ao indivíduo. No entender de Jardim, embora esses dois fatores fossem inseparáveis, a origem e as características primordiais do escolanovismo deviam ser buscadas em conhecimentos derivados de investigações – como as da psicologia – dedicadas a desvendar os mecanismos psicológicos da aprendizagem infantil. Com base no mesmo vínculo indissolúvel entre os dois fatores, Jardim não deixava em segundo plano a necessidade de guiar a educação segundo valores morais, tendo em vista a projeção de uma civilização melhor do que a existente.

As críticas endereçadas pelo autor à psicanálise eram inteiramente sustentadas nesse raciocínio. Por um lado, indicavam a inexistência de conhecimentos científicos bem articulados a respeito do psiquismo infantil, o que deslocava a doutrina de Freud para o terreno das fantasias sem fundamento, obra de pensadores sem nenhuma coerência teórica recíproca. Por outro, denunciavam a ausência de ideias que abrangessem uma reflexão acerca da sociedade e suas instituições, o que impedia tanto um exame do presente quanto um planejamento do futuro da humanidade. Enfim, pela carência desses dois componentes

que julgava tão necessários aos educadores, Jardim concluía que a psicanálise nada tinha a oferecer à educação, a não ser confusão teórica e moral.

Em suas análises sobre o escolanovismo e as ciências que o sustentam, com especial ênfase na psicanálise, chama a atenção o modo como Jardim se refere aos diversos pensadores que participam de seus textos. Uma nova investigação poderá deter-se nesse aspecto das reflexões do autor, discutindo a função de tais pensadores na composição dos argumentos de Jardim em prol das definições que pretende firmar, bem como a configuração assumida pelas ideias alheias quando chamadas a compor tais argumentos. A presente sugestão diz respeito a uma pesquisa sobre o fenômeno da apropriação, recurso discursivo tão largamente utilizado quanto pouco explorado na historiografia das ideias educacionais.

Ainda no tocante à forma do discurso, cabe sugerir o exame de outro recurso, bem menos utilizado pelos autores acadêmicos, mas largamente empregado por Jardim para tratar seus adversários, tanto no âmbito da vida política quanto da educação. Trata-se da ironia que, acompanhada de expressões jocosas e clara intenção polêmica, permeia várias passagens de sua argumentação. O exame desses recursos discursivos poderá auxiliar na compreensão do público alvo das obras escritas por Jardim, bem como no entendimento das relações mantidas por ele com o ambiente político e cultural em que formulou as suas concepções.

Referências

AZEVEDO, Fernando. Discurso de Posse, 17/01/1927. In: AZEVEDO, Fernando. *A reforma do ensino no Distrito Federal: discursos e entrevistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

CUNHA, Marcus Vinicius. *A educação dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

CUNHA, Marcus Vinicius. *O Velho Estadão: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

CUNHA, Marcus Vinicius. O Manifesto dos Pioneiros de 1932 e a cultura universitária brasileira: razão e paixões. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 17, p. 123-140, maio/ago. 2008.

JARDIM, Renato. *Psicanálise e educação*. Melhoramentos: São Paulo, 1932.

JARDIM, Renato. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1933a.

JARDIM, Renato. *Um libelo a sustentar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1933b.

JARDIM, Renato. *Escola Nova, coletivismo e individualismo*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1936.

JARDIM, Renato. *Reminiscências*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

LEMME, Paschoal. *Memórias*. Volume 2. São Paulo: Cortez, 1988.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 11. edição. São Paulo: Nacional, 1974.

MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: EDUSC, 2002.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo, UNESP, 1999.

PILETTI, Nelson. *A reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal (1927-1930)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. edição. Campinas: Autores Associados, 2008

SIRCILLI, Fabíola. *Arthur Ramos, psicanálise e educação*. Marília: Poësis, 2008.

Notas

¹ Trabalho decorrente de pesquisa subsidiada pelo CNPq.

Recebido em setembro-13
Aprovado em novembro-13